



**Relatório da Reunião Extraordinária do Comitê Estadual de
Saúde de São Paulo - Gestão 2024/2025 Portarias TJSP nºs
9.445/2017 e 10.100/2022**

**Assunto: Reunião Extraordinária do Comitê Estadual de Saúde de São Paulo-
FLUXO DE CUMPRIMENTO DE ORDENS JUDICIAIS**

Data: 17/06/2025 (terça-feira)

Horário: 15h30h às 16h45

Local: Via Teams

Participaram da reunião virtual, via Teams:

Mônica de Almeida Magalhães Serrano, Desembargadora Coordenadora do Comitê Estadual de Saúde de São Paulo, TJSP

Claudia Maria Chamorro Reberte Campaña - Juíza Assessora da Presidência

Juliana Amato Marzagão, Juíza Assessora da Presidência, TJSP

Carolina de Figueiredo Dorlhiac Nogueira, Juíza Assessora da Presidência, TJSP

Cynthia Thome - Juíza de Direito Substituta Em 2º Grau

Simone Gomes Rodrigues Casoretti, Juíza Coordenadora do Núcleo 4.0 SUS medicamentos

Augusto Bello Zorzi - Procuradoria Geral do Estado

Eduardo Bordini Novato - Procuradoria Geral do Estado

Davi Quintanilha Failde de Azevedo – Defensoria Pública

Marina de Almeida Magalhães– Defensoria Pública

Fabiana Carvalho Macedo, Procuradoria Geral do Município de São Paulo

Viviane Teresa Haffner G. Antonio - Procuradoria Geral do Município de São Paulo

Maria Cláudia da Matta Jatobá - Secretaria de Estado da Saúde

Paula Sue Facundo de Siqueira - Secretaria de Estado da Saúde

Clebson Waldemar Salomão - Secretaria de Estado da Saúde

Rodrigo Teixeira, Diretoria de Planejamento Estratégico – DEPLAN/TJSP

Fabiana Moreira, Diretoria de Planejamento Estratégico - DEPLAN/TJSP

Tema Principal Discutido:

Deliberação para alinhamento da elaboração do fluxo de cumprimento de ordens judiciais nos termos da Recomendação do CNJ nº 146/2023

Resumo detalhado da reunião:

No dia 17 de junho de 2025, a Excelentíssima Desembargadora Dra. Mônica de Almeida Magalhães Serrano deu início à reunião extraordinária do Comitê Estadual de Saúde com o objetivo de alinhar e estruturar a proposta de fluxo de cumprimento de decisões judiciais na área da saúde pública, conforme disposto no art. 19, §1º da Recomendação do CNJ nº 146/2023. A proposta deve ser encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) até o prazo de 18 de agosto de 2025. A reunião contou com a participação dos principais órgãos envolvidos no cumprimento das ordens judiciais, incluindo representantes da magistratura, do Núcleo de Saúde 4.0, da Defensoria Pública e das Procuradorias do Estado e do Município.

Durante os debates, destacou-se o trabalho do Núcleo de Saúde 4.0, sob coordenação da Dra. Simone Casoretti, na elaboração de fluxos de trabalho que contemplam as diretrizes fixadas nos Temas 1234 e 6 do Supremo Tribunal Federal. Foi apresentado um fluxo previamente elaborado na SPI e aperfeiçoado pelo núcleo, que parte da identificação da competência jurisdicional e da análise da incorporação do medicamento ao SUS, seguindo com a triagem das pendências documentais, verificação de cumprimento de requisitos dos temas e encaminhamentos ao NAT-Jus ou ao Cejusc, conforme o caso. A proposta de fluxo inclui a análise prévia da competência, inclusive com deslocamento à Justiça Federal nas hipóteses de medicamentos não registrados ou quando o valor do tratamento ultrapassar 210 salários mínimos.

Houve discussão sobre a pertinência de oitiva prévia dos entes federativos no curso processual. Considerou-se, por maioria, desnecessária essa etapa em razão de já ser atribuição da parte autora apresentar a negativa administrativa ou justificar sua ausência, conforme exigência dos temas. Ressaltou-se ainda que a ausência de fornecimento por parte do Estado deve ser demonstrada nos autos, e que a intimação dos entes públicos para manifestação prévia acabaria por sobrecarregar o cartório e os procuradores, sem ganho efetivo de celeridade ou racionalização.

Foram tratados também os desafios operacionais no cumprimento de ordens judiciais, especialmente em relação ao fornecimento efetivo dos medicamentos após decisão judicial. O Dr. Augusto Zorzi destacou a experiência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul como possível referência, onde se estabeleceu um fluxo padronizado para aquisição direta junto a fornecedores cadastrados, observando o teto do Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), com apoio institucional do comitê estadual local. No entanto, ponderou-se que a replicação desse modelo em São Paulo

demanda análise aprofundada, considerando o volume significativamente superior de demandas, a necessidade de pessoal técnico especializado, e os aspectos logísticos de entrega dos medicamentos, que ainda não se mostram totalmente resolvidos.

Ficou consensuado que o fluxo a ser apresentado deverá abranger não apenas os temas relacionados aos medicamentos incorporados ou não ao SUS, mas também procedimentos médicos, internações, terapias, cirurgias e insumos. Para essas situações, ficou acordado que poderá haver a elaboração de fluxos complementares ou diferenciados, dada a diversidade de objetos e exigências processuais.

Destacou-se ainda a necessidade de incluir, no documento, observações relativas à competência das Varas da Infância e Juventude, especialmente nos casos que envolvem crianças e adolescentes com transtornos como o espectro autista, em que há cumulatividade de pedidos envolvendo medicamentos e terapias. Ficou esclarecido que essas ações, quando ajuizadas nas varas especializadas, não são abrangidas pela atuação do Núcleo 4.0, mas devem integrar o fluxo geral de cumprimento de ordens judiciais em saúde, com as devidas anotações.

A Dra. Mônica Serrano informou que tratará com a Dra. Gizelle França os aspectos relacionados ao deslocamento de competência jurisdicional, especialmente nos casos em que se verifique a incidência dos critérios estabelecidos nos temas afetados, como o valor do tratamento e o registro do medicamento na Anvisa. A medida visa assegurar maior uniformidade nos encaminhamentos processuais e prevenir conflitos de competência entre as Justiças Estadual e Federal.

Ao final, a Dra. Simone Casoretti se responsabilizou por concluir o fluxo específico relativo ao cumprimento das decisões judiciais referentes aos temas sobre medicamentos e encaminhá-lo ao Comitê assim que finalizado. Complementarmente, a Dra. Mônica comprometeu-se a elaborar uma minuta inicial do fluxo geral de cumprimento de decisões judiciais na área da saúde pública, incorporando os pontos discutidos na reunião. Posteriormente, o documento será submetido à apreciação dos integrantes do Comitê, visando à construção de uma proposta consensual a ser apresentada ao Conselho Nacional de Justiça.

Principais assuntos conversados:

- Definida a necessidade de elaboração de um fluxo unificado de cumprimento de decisões judiciais na área da saúde pública, com base nas diretrizes do CNJ
- Apresentado o fluxo já utilizado pelo Núcleo de Saúde 4.0, com triagem inicial sobre competência, incorporação ao SUS, valor do tratamento e registro do medicamento.
- Decidido que não haverá oitiva prévia dos entes públicos, por se tratar de ônus da parte autora comprovar a negativa administrativa.
- Avaliada a possibilidade de adoção do modelo do TJRS para aquisição direta de medicamentos, com necessidade de estudo de viabilidade para aplicação no TJSP.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE

Ações:

- Dra. Simone Casoretti encaminhará fluxo específico relativo ao cumprimento das decisões judiciais sobre medicamentos
- Até final do mês de julho: Finalização do desenho preliminar de fluxo (Dra. Mônica Serrano) incluindo alinhamento com a Dra. Gizelle França
- Início de agosto: agendar reunião geral do comitê para validação final do fluxo
- 18 de agosto: Envio do fluxo ao CNJ

(Nada mais, eu, Fabiana Moreira, Escrevente Técnico Judiciário, Diretoria de Planejamento Estratégico do TJSP, minutei a presente Ata, a qual foi conferida e validada pela Desembargadora Mônica de Almeida Magalhães Serrano).